

EXTENSÃO

NAS INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS DE ENSINO SUPERIOR

Referenciais para a construção de uma Política Nacional de Extensão nas ICES

*XX Encontro Nacional de Extensão e Ação Comunitária das
Universidades e Instituições Comunitárias*

FOREXT
2013



UNIVALI

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ

Organizadores

Wanderley Chieppe Felipe

Ana Luisa Teixeira de Menezes

Cleverson Pereira de Almeida

Luciane Pinho de Almeida

Rita de Souza Leal

Mônica Fernandes Abranches

André Pires

Márcia Aparecida Lima Vieira

Elizabete Cristina Costa Renders

Cristiane Yonezaki



UNIVALI

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
Rua Uruguai, 458 - CEP 88302-901

Itajaí/SC

Presidente da Fundação e Reitor da UNIVALI

Prof. Dr. Mário Cesar dos Santos

Vice-Presidente da Fundação UNIVALI e Vice-Reitora de Graduação

Prof^a. Dra. Cássia Ferri

Procurador Geral

Vilson Sandrini Filho, MSc.

Diretor Administrativo

Prof. Renato Osvaldo Bretzke

Vice-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Prof. Dr. Carlos Alberto Tomelin

Vice-Reitor de Pós-Graduação, Pesquisa Extensão e Cultura

Prof. Dr. Valdir Cechinel Filho

Gerente de Pós-Graduação e Pesquisa

Prof. Dr. Rogério Corrêa

Gerente de Extensão e Cultura

Prof. Pedro Floriano dos Santos, MSc.

Editora UNIVALI

Diagramação e Capa

Rogério Lenzi

Apresentação

Instituições Comunitárias de Ensino Superior (ICES) têm contribuído, há várias décadas, algumas desde o início do século passado, para uma educação acadêmica e profissional de alta qualidade, no país. Várias gerações de profissionais que se formaram em nossas ICES têm ocupado postos chave no setor público, privado e do terceiro setor, incluindo-se de modo especial as próprias academias de ensino superior. Além de competência teórica e técnica, são profissionais que apresentam uma formação diferenciada, tanto no exercício de sua condição de cidadania, quanto na contribuição para a melhoria contínua da própria sociedade.

O Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias – ForExt tem-se integrado às ações das associações representativas do setor comunitário da educação superior, tais como a Associação Brasileira de Universidades Comunitárias – ABRUC, a Associação Nacional de Educação Católica – ANEC, a Associação Brasileira de Instituições de Educacionais Evangélicas – ABIEE, a Associação Catarinense das Fundações Educacionais – ACAFE, o Consórcio Municipal de Instituições Comunitárias do Rio Grande do Sul – COMUNG e outras entidades ligadas a esse segmento.

Além disso, o ForExt, através de sua Coordenação Nacional, tem feito uma série de gestões junto aos órgãos federais, de modo especial os ministérios e secretarias especiais relacionados à educação superior e políticas sociais, no sentido de desenvolver diálogos, visando ao estabelecimento de parcerias produtivas para o avanço da extensão universitária no país. Tais ações também se voltam para os demais fóruns de extensão, com a proposição de trabalhos conjuntos que possam resultar na formulação e produção de políticas, planos

de trabalho, sistemas de avaliação no **âmbito** da extensão universitária em todos os seus segmentos: público, comunitário e particular.

Diversos avanços ocorreram, na forma de celebração de convênios e contratos de prestação de serviços, nas esferas municipais e estaduais, em todo o país, por meio de prefeituras e governos estaduais, bem como no plano federal, com o envolvimento de ministérios e secretarias ligadas à presidência da república, resultando em inúmeras contribuições das ICES para a sociedade. Seja com a utilização de recursos próprios ou advindos do estabelecimento de parcerias com órgãos públicos, empresas privadas ou ainda organizações do terceiro setor, as ações de extensão realizadas pelas ICES têm demonstrado com clareza o empenho no cumprimento de sua missão, especialmente no exercício de seu compromisso social, tanto na dimensão macro – política, econômica, social, educacional, ambiental, cultural – quanto na dimensão micro – desenvolvimento regional e local, disseminação de novas tecnologias com foco na sustentabilidade, ações para efetivação de direitos humanos, melhoria de cuidados de saúde, medidas de preservação das artes e da cultura, criação de novas oportunidades para parcelas mais vulneráveis da população.

A compreensão das ICES em relação à sua função social, inteiramente de acordo com as conclusões dos Fóruns Mundiais de Educação Superior, promovidos pela UNESCO em 1998 e em 2009, deriva não só de suas próprias histórias de fundação, idealizadas e construídas a partir de congregações religiosas católicas, igrejas evangélicas, grupos comunitários laicos ou de organizações regionais envolvendo a participação de grupos de municípios, mas também da percepção de que não cabe a elas substituir o Estado, embora reafirmando seu caráter público não-estatal com forte presença na comunidade. Em sua missão educativa, entretanto, no enfrentamento dos desafios colocados pela realidade e a busca de respostas, que ajudem a encontrar as soluções necessárias, um outro tipo de

contribuição se faz presente nas ICES, de maneira marcante, qual seja a formação acadêmica e profissional de qualidade, juntamente com a formação ética e cidadã. Dessa forma, a relevância social das ações de extensão soma-se com igual intensidade à relevância acadêmica e ao caráter de formação pessoal, no sentido de despertar um posicionamento crítico na visão de mundo, ancorado em uma capacidade analítica e de produção de novos conhecimentos voltados para a transformação da sociedade.

O presente documento resulta na síntese de inúmeras contribuições advindas de reuniões, grupos de estudos e debates, promovidos pelo ForExt, desde a sua fundação, dos encontros e assembleias nacionais, bem como de reuniões regionais e locais. Diversas ICES encaminharam, a pedido da Coordenação Nacional do ForExt, documentos produzidos em torno da Extensão, que serviram de referência em vários aspectos desenvolvidos no presente texto. Mais recentemente, atendendo a um convite da Coordenação Nacional, um grupo de Vice-reitores, Pró-reitores, Coordenadores e Assessores de Extensão de várias ICES do país, passou a se reunir com maior frequência, com o objetivo de produzir um documento que servisse de referência para a construção de políticas e a prática da extensão no segmento das ICES do país. Tal esforço, empreendido por um grupo de pessoas – integrantes da Coordenação Nacional e das Câmaras Regionais do ForExt – resultou no texto que se segue¹, cuja produção final foi realizado pelos autores que constam na capa.

o o o o o o

1 Queremos agradecer a todos que contribuíram, em momentos diversos, para esse resultado, especialmente aos colegas Jorge Hamilton Sampaio (UCB), Ednamara Martins Schmitz (UNISUL), Suzana S. C. Gianatti (UNISINOS), Professora Gladis Luisa Baptista (FEEVALE), Professor Josué Adam Lazier (UNIMEP), Regina Vasquez Del Rio Jankte (UNISAL), Márcia de Alencar Santana (PUC Goiás), Fabíola Gomide Baqueiro Carvalho (UCB), Janete Cardoso dos Santos (UCB), Gladis Baptista (FEEVALE), Beatriz Vasconcellos Dias (La Salle), Rivana Basso Fabbri Marino (FEI).

Não deixamos de alimentar a esperança, já expressada em diversos fóruns, particularmente nos Congressos Brasileiros de Extensão Universitária e em assembleias e reuniões promovidas pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB, de que os três fóruns nacionais de extensão possam, no futuro, estabelecer parcerias produtivas para a elaboração conjunta de diretrizes nacionais para a extensão universitária.

É nosso desejo e intenção que o presente documento seja amplamente discutido e até mesmo aperfeiçoado ao longo do tempo e possa vir a integrar um conjunto de diretrizes para a extensão universitária nas ICES.²

Prof. Wanderley Chieppe Felipe

Presidente do ForExt

Prof^a. Ana Luisa Teixeira de Menezes

Vice-presidente do ForExt

Prof. Cleverson Pereira de Almeida

Secretário Geral do ForExt

² Agradecemos a contribuição das Instituições Comunitárias de Ensino Superior, que enviaram textos e documentos, que em muito ajudaram na elaboração do presente documento: FAFIRE, Lassalle, UPM, UNISO, PUC Goiás, PUC Minas, PUC Campinas, UCB, UCDB, UMESP, UNC, UNIMEP, UNISC, UNISINOS, UNIVATES, UNOESC, UPF, URI, FEEVALE, UNIVALI, UNIVILLE, UNISUL, CUSC.

1. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS

As demandas da extensão universitária na conjuntura social contemporânea apresentam um grau de complexidade que exige a contextualização deste fenômeno. Cabe aos agentes da educação superior brasileira um olhar para a história da constituição da extensão universitária em nosso país desde a própria criação da universidade neste território. Nesta aproximação, será necessário perguntar pelo valor da extensão, nas palavras de Santos, nos processos de construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, bem como a defesa da diversidade cultural. Nestes termos, apresentamos, a seguir, a contextualização da extensão universitária no Brasil e, ainda, a construção da identidade das Instituições de Ensino Superior Comunitárias (ICES) a partir da organização do FOREXT.

As primeiras experiências de extensão universitária no Brasil datam de 1911 e 1917, na Universidade Livre de São Paulo. A literatura especializada menciona o documento “Estatuto da Universidade Brasileira”³, de 1931, como evidência de ações extensionistas.

Nesse documento, a extensão não estaria restrita somente à realização de cursos e conferências, com a finalidade de construir conhecimentos “úteis à vida individual e coletiva”, mas também objetivaria a “apresentação de soluções para os compromissos sociais e a propagação de ideias e princípios de interesse nacional”.

Nos anos de 1940 e 1950, prevaleceu a concepção político-acadêmica de extensão universitária proposta pela USP na década de 30, compreendida como instrumento disseminador de conhecimento para a comunidade e forma de popularização

³ Estatuto da Universidade Brasileira. Decreto no 19.851, de 11 de abril de 1931.

das ciências, das artes e das letras, realizada por meio de cursos, palestras, radiodifusão e de filmes científicos dirigidos aos diversos segmentos da sociedade.

Na década de 60, as instituições de ensino superior (IES) deram início às experiências de educação de base junto aos movimentos populares. O envolvimento e o compromisso de segmentos das Igrejas com a população excluída caracterizaram as ações de extensão e constituíram referência para as IES nesse contexto.

As Universidades e IES Comunitárias surgiram em sua maioria entre as décadas de 40 e 60, trazendo como marca identitária o seu compromisso social, traduzida, principalmente pelas ações de extensão.

Em sua publicação no ano de 2001, o documento do FOREXT afirma que:

“Ainda, na década de 60 a interlocução das universidades e IES Comunitárias, com o conjunto da sociedade organizada coloca a questão do ensino, da pesquisa e da extensão em um complexo e comprometido nível de exigência. Nesse momento, as IES são chamadas a contribuir no sentido de apreender a realidade (ensino), investigando-a (pesquisa) e nela intervindo (extensão), em constante interação com a sociedade.”⁴

Naqueles anos, marcados pela organização popular e pelas reformas sociais no Brasil e na América Latina, ocorreram movimentos políticos de contestação ao sistema de desenvolvimento econômico adotado desde a década de 50, baseado na substituição de importações. Tais contestações chegaram a formas mais acirradas de luta no campo e na cidade. Todas essas mobilizações provocaram reflexos nos segmentos universitários, que incorporaram novas teorias e métodos no desenvolvimento de suas atividades-fim.

4 Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias, Outubro 2001.

A extensão, dada sua proximidade com os diversos setores da sociedade, aspirou às mudanças que emanavam dessa conjuntura. A prática extensionista transitou, então, do enfoque de difusão do conhecimento para o de inserção na realidade socioeconômica, política e cultural do País, absorvendo as contradições advindas da sociedade e oferecendo, por meio de suas ações, respostas que contribuíssem para a transformação social. Nesta configuração, a extensão universitária fortaleceu-se e ganhou visibilidade.

Natural, portanto, que suas ações provocassem polêmicas e debates entre a intelectualidade da época. Paulo Freire (1977), ao examinar o conceito de extensão, o contrapôs ao de comunicação, denunciando certa presunção da universidade em “estender” seu conhecimento à sociedade, desconhecendo os saberes produzidos por essa última. Esse debate provocou as universidades a repensarem o conceito de extensão e os métodos que envolviam suas ações.

Assim, novos sentidos foram conferidos às práticas de ensino, pesquisa e extensão, que passaram a ser compreendidas não somente como transmissão de conteúdos, mas como fruto do diálogo entre os diversos saberes, oriundos tanto da sociedade como da universidade.

A Reforma Universitária de 1968, no período de exercício do Regime Militar, orientada pelos princípios da Lei de Segurança Nacional, rompeu com o caráter dialógico, ainda embrionário, da extensão e da própria universidade, restringindo suas ações e impedindo-a do exercício de seu princípio fundante - a autonomia. Darcy Ribeiro (1966), nessa época, já alertava a universidade para a perda progressiva de sua liberdade e capacidade crítica.

A universidade, contudo, enquanto espaço de expressão de conflitos, absorveu e, simultaneamente, repeliu as políticas impostas pelo regime militar. Se, por um lado, executou políticas oficiais, como as de extensão expressas no Projeto

Rondon e no Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), por outro imprimiu a esses projetos um caráter crítico e participativo, resgatando direitos de cidadania que haviam sido suprimidos pela ditadura.

Ainda na década de 70, várias ações de extensão estruturaram-se nas IES Comunitárias, “superando o caráter apenas circunstancial na linha de eventos, seminários e cursos. Ao lado das discussões do cotidiano, os programas e os projetos de Extensão, com características e atividades permanentes, vão dando feição às várias frentes de ação acadêmica com compromisso social. (...) A ratificação desse processo gera no organograma da universidade brasileira, notadamente das comunitárias, o surgimento das pró-reitorias e vice-reitorias de extensão e/ou de assuntos comunitários. (FOREXT, 2001)

A década de 80 foi marcada pelo ressurgimento de movimentos sociais, com aspirações que foram expressas no texto constitucional de 1988. A universidade, como ator social, participou desse projeto democrático, criando meios para assegurar aos indivíduos conjuntos de direitos. A ideia de “extensão redentora” representou, para alguns autores, a marca desse tempo. Assim, as práticas extensionistas proliferaram-se nas universidades, nas mais diferentes modalidades: de eventos culturais e cursos de aperfeiçoamento, venda e prestação de serviços a projetos de ação comunitária. O cunho emancipador e o assistencialista conviveram, simultaneamente, nessas propostas.

Institucionalmente, na passagem dos anos 80 para os 90, no contexto da globalização, a constituição do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das IES Públicas foi decisiva para que as universidades ressignificassem seu papel, função e identidade. Em 1987, considerando a redemocratização do País, esse Fórum definiu a extensão como “um processo educativo, cultural e científico, que articula o ensino

e a pesquisa de forma indissociável, viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade”⁵.

Esse conceito foi importante para fomentar o debate sobre a concepção de extensão universitária, possibilitando várias interpretações. Contudo, tornou-se uma referência a partir da qual as IES vêm organizando as suas políticas extensionistas.

A extensão universitária, no Brasil, iniciou os anos 90 perpassada por contradições herdadas de sua história recente e também norteadas pelo debate relativo à sua identidade. A expansão do ensino superior privado no Brasil trouxe a novidade da utilização dos projetos de extensão como logomarca da cultura de *marketing* das sociedades de mercado, caracterizadas pela ampla competitividade. Somada a isso, a reforma do Estado brasileiro colocou em relevo o fato de que nem tudo que é público é estatal, redefinindo, assim, o caráter das instituições de ensino e, nelas, as ações extensionistas. Essa configuração trouxe novos desafios e alguns equívocos, exigindo que a universidade repensasse sua função social, colocando em pauta a natureza de suas atividades-fim. Desse modo, as Universidades e IES Comunitárias, desde o início dos anos 90, reafirmam seu caráter público não-estatal com forte presença na comunidade.

Este movimento se refletiu em algumas iniciativas bastante importantes, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9394/96, no capítulo IV, Da Educação Superior, artigo 43, ao estabelecer que as IES têm como fim:

(...) IV - Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações e de outras formas de comunicação.

VI – Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar

5 PROEX/ UFMG, 2000.

serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.

VII – Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Em 1999, fundou-se o Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias, com o apoio da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (ABRUC) e Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas (ABESC). A criação deste Fórum foi importante para fortalecer:

“uma cultura de Extensão, desenvolvida pelas instituições comunitárias, especialmente as atividades voltadas para a eliminação da pobreza, intolerância, violência, analfabetismo, fome, deterioração do meio ambiente, doenças e, principalmente, por meio de uma perspectiva concreta, interdisciplinar e transdisciplinar que contribua para flexibilizar a produção de solução aplicáveis para problemas e questões da contemporaneidade.”⁶

O Plano Nacional de Educação, Lei 10.172/2001, estabelece como objetivos e metas, no que diz respeito à Educação Superior, a institucionalização de um amplo e diversificado sistema de avaliação interna e externa, que englobe os setores público e privado, e contribua para a melhoria da qualidade do ensino, da extensão, da pesquisa e da gestão acadêmica.

Acrescenta a exigência de que as instituições de ensino superior garantam a oferta de cursos de extensão, para atender às necessidades da educação continuada de adultos, com ou sem formação superior, na perspectiva de integrar o necessário esforço nacional de resgate da dívida social e educacional.

⁶ Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias, Outubro 2001.

Destaca-se nesse Plano a prescrição da implantação do Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior, no quadriênio 2001-2004, assegurando que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no País sejam reservados para a atuação dos alunos em ações extensionistas.

O Plano Nacional de Extensão Universitária, elaborado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas e pela Secretaria de Educação Superior do MEC (2000-2001), estabelece como objetivo a importância de se “reafirmar a extensão universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade”.

A importância da extensão universitária enquanto atividade-fim e acadêmica foi também reconhecida pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)⁴ que a inclui na avaliação das IES. Segundo o SINAES, a extensão deve pautar-se em valores educativos, primando por sua integração com ensino e a pesquisa, reforçando a necessidade da transferência do conhecimento produzido nas universidades e avaliando os impactos das atividades científicas, técnicas e culturais para o desenvolvimento local, regional e nacional.

O SINAES estabeleceu como indicadores de avaliação:⁷

Concepção de extensão e interação social afirmada no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e com as necessidades e demandas do entorno social.

Participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social e o respectivo impacto em sua formação.

⁷ O SINAES foi instituído na lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

Considerando as peculiaridades de cada instituição, a avaliação deve abordar três níveis inter-relacionados:

Compromisso institucional com a estruturação e efetivação das atividades de extensão.

Impacto das atividades de extensão junto aos segmentos sociais que são alvos ou parceiros destas atividades.

Processos, métodos e instrumentos de avaliação das atividades de extensão.

Em consonância com o momento atual e ancorada nas disposições que regem o sistema educacional brasileiro, a extensão universitária passa por um processo de institucionalização, tanto do ponto de vista administrativo como acadêmico, o que vem ocasionando a adoção de medidas e procedimentos que redirecionam a própria política das universidades.

Um esforço nacional vem ocorrendo para que a extensão universitária seja reconhecida como integrante do fazer acadêmico, ao lado do ensino e da pesquisa, inserida nos projetos pedagógicos dos cursos e formalizada institucionalmente. Todo esse esforço, no entanto, não deve ser entendido como a negação do caráter plural das universidades, espaço, por excelência, de debate de diversas perspectivas teóricas e metodológicas. É essa pluralidade, aliás, que constitui o vigor da vida universitária. Caberá a cada IES se repensar à luz das disposições institucionais e do debate nacional e encontrar a mediação necessária entre aquelas disposições institucionais e a sua própria prática efetiva de extensão, sem desrespeitar a sua história e o preceito da liberdade acadêmica, num movimento de adaptação criativa.

1.1 AS INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS DE ENSINO SUPERIOR E O FÓRUM NACIONAL DE EXTENSÃO - FOREXT

A maioria das Instituições Comunitárias de Ensino Superior tem seu nascedouro entre as décadas de 40 e 60.

Mas muitas IES, no entanto, são anteriores a este período, especialmente aquelas ligadas às instituições confessionais que, por esta natureza, mantêm em seus estatutos forte acento para as causas sociais. Trata-se de uma forte missão que busca resgatar o humano e o cidadão, compreendendo o homem e o cidadão, compreendendo o homem em sua dimensão política e inserção no corpo social.

As ICES têm, portanto, em sua história, uma trajetória de experiências voltadas à educação popular, marcadas profundamente pela atuação de docentes e discentes junto aos movimentos populares e pelo seu envolvimento e compromisso junto a segmentos da Igreja com a população pauperizada e excluída. Esta trajetória é hoje a marca fundante e principiológica da extensão nestas instituições.

A questão envolvendo a extensão tem sido tratada pelas Universidades e IES Confessionais desde a década de 80. Foi a partir do Encontro Nacional de Dirigentes de Ação Comunitária em Campinas, no ano de 1995, que se iniciou propriamente a discussão para articulação das IES em torno da Extensão, culminando, em 1999, na fundação do Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e IES Comunitárias (ForExt), em Goiânia.

Com este ato lançou-se as bases para o estudo e aprofundamento da concepção da extensão e da ação comunitária. As IES traçaram para o Fórum os seguintes objetivos:

1. reafirmar o compromisso das IES Comunitárias com o processo de construção da cidadania e de uma sociedade mais justa e mais humana;

2. instituir o “Fórum de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e das demais IES Comunitárias” visando:

propiciar um espaço mais adequado e permanente de reflexão, avaliação e acompanhamento das práticas de extensão e ação comunitária desenvolvidas por estas instituições;

estimular o desenvolvimento de programas e projetos conjuntos e intercâmbio entre as instituições;

permitir a maior participação de nossas instituições no processo de implementação da política de extensão universitária em âmbito nacional;

garantir a necessária visibilidade das atividades de extensão e ação comunitária desenvolvidas pelas IES Comunitárias no âmbito de toda a sociedade brasileira.

É importante destacar que este movimento em torno da extensão nasceu da preocupação e cuidado dispensado pelas Universidades e IES Confessionais para a questão social, considerando-se os elevados índices de desigualdade e exclusão social do Brasil. A fundação do ForExt é a resposta destas instituições para o enfrentamento desta questão social brasileira, cientes que são de seu compromisso social.

Para tanto, procurou o ForExt, desde a sua fundação, estabelecer como compromisso o seu engajamento nos “debates e elaboração de programas que dizem respeito à Extensão Universitária promovidos pelo MEC, especialmente na área de Política Nacional, Plano Nacional, Avaliação Nacional e Financiamento de Projetos”.

Desde então, o ForExt tem atuado nas principais discussões envolvendo as Políticas Nacionais referentes ao Ensino Superior, especialmente na defesa da extensão e de sua indissociabilidade, articulando as Universidades Confessionais e Comunitárias na propositura de uma reflexão da extensão pautada no elevado compromisso social, prestando sua contribuição à reflexão nacional, ao lado dos demais Fóruns Nacionais de Extensão e na sua relação com o próprio MEC.

O debate em torno da extensão nas Universidades e IES Confessionais e Comunitárias é um ponto em comum destas

instituições de ensino superior. Apresenta hoje, no debate nacional, seu forte compromisso na consolidação de políticas e práticas extensionistas para a Universidade temporã e acredita ser a extensão um dos elementos-chave no diálogo permanente com a comunidade e poderes instituídos na busca incessante de soluções para os desafios sociais colocados.

Nesse processo de diálogo e perene construção de metodologias e políticas de inclusão, as universidades comunitárias e confessionais reafirmam o seu caráter público não estatal no cumprimento de seus fins relativos à extensão:

“Não entendem a extensão ‘apenas’ como uma prestação de serviços extramuros, mas práticas em que o corpo universitário desenvolve suas atividades de ensino, pesquisa, assessoria, de modo a atingir um público mais vasto e proporcionar às comunidades locais um acesso mais fácil a conhecimentos e técnicas que permitam melhorar a qualidade de vida. Elas fazem da extensão uma característica determinante, que procura integrar e consolidar toda a sua atividade de ensino e pesquisa, de modo que ela esteja permanentemente em conexão com os setores produtivos e os diversos segmentos da comunidade regional, numa relação de intercâmbio e mútuo aperfeiçoamento, na qual a universidade se enriquece a si mesma em conhecimentos e sabedoria, ao mesmo tempo que incentiva o desenvolvimento de programas e projetos comunitários.” (Morais, 1989; *apud* FOREXT (b), 1999:9).

Com esta compreensão, o perfil das ICES pode ser reconhecido pelo caráter das atividades de extensão que realiza, de forma pró-ativa, na interação com a sociedade e em consonância com o seu projeto político-pedagógico, pois entende ser igualmente necessário, na consecução de seus fins, alinhar o “todo” da instituição universitária a serviço da vida, dos direitos humanos e da dignidade humana, combatendo todas as formas de exclusão.

Na última década, as gestões do ForExt ampliaram a participação em reuniões e ações em parceria com órgãos públicos e privados, incluindo inúmeras inserções junto aos setores do MEC e INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), na tentativa de estabelecer articulações políticas para pleitear linhas de financiamento público para as ações das ICES e para contribuir academicamente com os documentos e instrumentos que regulamentam e avaliam a extensão universitária no país. Exemplos dessas iniciativas foram:

a) elaboração do instrumento de indicadores encaminhado para o CONAES;

b) participação de um representante do ForExt nas reuniões da Coordenação de Avaliação dos Cursos de Graduação e Institutos de Ensino Superior do INEP.

No âmbito das parcerias, destaca-se a realização do Curso Nacional de Especialização em Extensão Universitária organizado e coordenado, conjuntamente, por representante dos três fóruns de extensão do país: FORPROEX (públicas), FOREXT (comunitárias) e FOREXP (particulares).

Na produção acadêmica, o ForExt organizou vários livros com temáticas afetas à extensão e com diretrizes e referenciais para a discussão da institucionalização, gestão e avaliação da extensão nas ICES.

Em relação a ações coletivas entre as ICES pertencentes às cinco câmaras setoriais do ForExt, destaca-se as seguintes iniciativas:

1. Censo da Extensão nas IES Comunitárias, coordenado pela equipe da Universidade São Francisco – SP (2010);

2. Pesquisa Nacional sobre Processos de Aprendizagem na Extensão, coordenada pelo Prof. Luís Síveres, com a parceria de dezesseis ICES no trabalho de campo para a coleta de dados e produção de artigos para publicação em livro (2012 / 2013);

3. Documento de referência sobre a Extensão Universitária nas ICES, elaborado pelo Grupo de Trabalho formado por representantes de oito ICES (2013).

2. ASPECTOS CONCEITUAIS E PEDAGÓGICOS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

2.1 *CONCEPÇÃO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA AS ICES*

A Extensão Universitária constitui-se em um conjunto de ações de caráter interdisciplinar e multidisciplinar, articulando os saberes produzidos na vida acadêmica e na vida cotidiana das populações, para compreensão da realidade e busca de resposta aos seus desafios. Assim, promove a disseminação do conhecimento acadêmico, por meio do diálogo permanente com a sociedade.

A Extensão Universitária efetiva-se na interface com o Ensino e a Pesquisa, por um processo pedagógico participativo, tornando-se instrumento de formação de profissionais cidadãos, que pautem suas ações pela competência técnica e pelo compromisso ético. Portanto, a extensão universitária é uma atividade que constitui um novo paradigma para as instituições de ensino superior, pois agrega a exigência da interação com a sociedade e da democratização do saber.

A Extensão Universitária amplia os canais de interlocução da ICES com segmentos externos e, simultaneamente, esse contato retroalimenta o Ensino, a Pesquisa e a própria Extensão, contribuindo para o desenvolvimento de novos conhecimentos científicos. Destaca-se, pois, o caráter articulador da extensão nessa interface considerando que os resultados e as produções acadêmicas do Ensino e da Pesquisa carecem de visibilidade e comunicação com a sociedade, ou seja, a extensão é o ponto de convergência dessas atividades para que a função social das ICES se concretize através do

compromisso social que coloca a produção do conhecimento (pesquisa) e a transmissão de saberes (ensino) à serviço das demandas da sociedade.

A Extensão Universitária expressa esse compromisso social através das ações de contribuição para a construção de projetos democráticos participativos, de inclusão social e de efetivação dos direitos humanos; para a criação, implementação e monitoramento de políticas públicas; para a promoção de desenvolvimento local e regional, baseado em diagnósticos socioespaciais, com foco na sustentabilidade social, econômica e ambiental; para o desenvolvimento e implantação de novas tecnologias de impacto social; para a melhoria dos cuidados de saúde que abrangem a maioria da população; para a adoção de medidas de preservação do patrimônio artístico-cultural e da diversidade cultural.

Para o avanço da articulação com o Ensino e a Pesquisa, a Extensão Universitária – em coerência com o Projeto PNE 2011-2020, meta 12.07 – insere-se nos Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação e de Pós-graduação, contribuindo com a concepção de formação acadêmica e profissional, além da proposição de atividades curriculares específicas.

Na articulação com o Ensino, a Extensão Universitária participa na forma de disciplinas, de conteúdos curriculares, de abertura de campos de estágio – conforme previsto na Lei 11.788, Art. 2º § 3º – e de atividades acadêmicas especiais, que integram as Atividades Complementares de Graduação (ACG).

Na articulação com a Pesquisa, a Extensão Universitária contribui com diagnósticos que problematizam a realidade de vida das populações, em especial locais e regionais, levantando questões que se tornam objeto de investigação para projetos de iniciação científica e de Trabalhos de Conclusão de Curso na Graduação, e projetos de dissertação e teses na pós-graduação, caracterizando a nova área de Projetos de Extensão vinculados à Pesquisa.

2.2 CARÁTER COMUNITÁRIO DA EXTENSÃO E RELEVÂNCIA SOCIAL

A tradução mais pura da singularidade das ICES reside na sua identidade e em sua missão, ambas alicerçadas no compromisso com a justiça social, com a paz, com a preservação do meio ambiente, com a solidariedade e respeito à dignidade da pessoa humana. Esses princípios consubstanciam a formação acadêmica conjugando competência técnico-científica e a formação humanista, expressas no exercício de suas atividades-fim – Ensino, Pesquisa e Extensão.

Ressalta-se que essas atividades vinculam-se prioritariamente às necessidades regionais, com ênfase em projetos direcionados à promoção humana e social de segmentos excluídos ou de camadas da população menos favorecidas. Nessa perspectiva fazem-se então, a transmissão de conhecimento, a transferência de tecnologia e a promoção da cidadania, norteadas pelos princípios da autonomia e emancipação humana.

Diante das prioridades que caracterizam a atuação das ICES destaca-se a extensão universitária como expressão maior que reflete de forma mais concreta as opções políticas e sociais dessas instituições. Assim, nessas instituições o Ensino, a Pesquisa e a Extensão devem se articular e interrelacionar a partir de eixos norteadores advindos da extensão.

Dessa forma, deve nortear a atuação das ICES como uma estratégia de integração universidade-sociedade priorizando ações educativas que promovam a participação política ativa e consciente dos indivíduos.

A extensão universitária, articulada ao Ensino e à Pesquisa, deve trabalhar, essencialmente, a partir dos interesses diversos e compartilhados entre a academia e a sociedade num processo mútuo de aprendizagem. O conteúdo educativo estabelecido nessa relação possibilita um diálogo de saberes e a troca de experiências circunscritas em uma ação pedagógica, envolvendo educadores e educandos simultaneamente.

A Extensão Universitária deve ser entendida como o processo pelo qual alunos, professores e funcionários trabalham juntamente com a comunidade a fim de melhorar sua qualidade de vida. As ICES devem ser um agente facilitador para que os grupos sociais se encontrem e se organizem num processo de ensino-aprendizagem coletivo. A prática extensionista deve se integrar na sociedade e interagir com ela, por meio da adequação dos currículos à sua realidade e permitir a participação de todos os indivíduos na construção e avaliação de projetos sociais, o que a caracterizaria como um agente de promoção da comunidade.

Em sua atuação fora do espaço da academia, é preciso entender que a prática da Extensão Universitária não é atendimento emergencial de problemas sociais, como também não significa transferir para as camadas populares toda a responsabilidade, retirando a obrigação do Estado, tampouco, objetiva a resignação ao estado de pobreza, mas sim a melhoria da qualidade de vida desses grupos e a promoção de sua organização política e social.

A relação das ICES com seu exterior é de que o conhecimento produzido por ela pertence à sociedade e a ela deve servir. Por isso, jamais pode restringir sua ação extensionista, às exigências e aos rituais internos da instituição. Dessa mesma forma, a pesquisa deverá, prioritariamente, desenvolver as ações investigativas voltadas para levantamento de problemas locais e regionais e para busca conjunta de soluções.

Nessa perspectiva, destaca-se a relevância social do trabalho científico das ICES que devem se preocupar com os impactos de suas ações em dois eixos importantes: a formação humana de sua comunidade acadêmica e o alcance das ações extensionistas no enfrentamento dos problemas sociais, econômicos e políticos da sociedade. As práticas de extensão para além de formação teórica, metodológica e crítica sobre a realidade possibilitam também o acesso as diferentes culturas e expressões artísticas. Esse processo de interação enriquece a reflexão e o aprendizado

promovendo aos alunos, professores e funcionários uma formação cidadã responsável e tolerante frente às múltiplas interpretações sobre o real, e por isso, mais capazes de atitudes democráticas e solidárias nas relações endógenas e exógenas.

A relevância social também se refere aos resultados das trocas entre o saber acadêmico e popular, fruto do confronto teórico/prático com a realidade brasileira. As ICES devem objetivar as mudanças positivas na realidade, contribuir na solução de problemas sociais qualificando as demandas e antecipando as necessidades dos vários grupos sociais e, prioritariamente, das populações mais vulneráveis na perspectiva inclusiva.

A relação entre investigação e compromisso social, realizada na Extensão Universitária, por intermédio das pesquisas aplicadas e da interrelação da teoria e da prática orienta a elaboração de novos conhecimentos para os interesses e as demandas diretas da sociedade. A relação entre Extensão e Pesquisa oportuniza a convivência e o envolvimento com realidades sociais diferentes e outras culturas, o que instiga a formulação de novas interrogações sobre a dinâmica das relações sociais, os problemas socioeconômicos do país, o trabalho social, etc, questões estas que poderão ser debatidas e refletidas em vários espaços na universidade.

SANTOS (2004), define o papel da pesquisa-ação praticada pela extensão como:

A pesquisa-ação consiste na definição e execução participativa de projetos de pesquisa envolvendo comunidades e organizações sociais populares a braços com problemas cuja solução pode beneficiar dos resultados da pesquisa. Os interesses sociais são articulados com os interesses científico dos pesquisadores e a produção do conhecimento científico ocorre assim estreitamente ligada à satisfação de necessidades dos grupos sociais que não tem poder para pôr o conhecimento técnico e especializado ao seu serviço pela via mercantil.(SANTOS, 2004,p.75)

A articulação entre Pesquisa, Ensino e Extensão é necessária para produzir uma prática acadêmica coerente com as mudanças da sociedade e do mercado. A Pesquisa está presente nas ações de extensão para permitir conhecer, analisar e intervir na realidade, pois esta garante a oxigenação do Ensino e da Extensão a partir dos questionamentos sobre a realidade vivenciada. O Ensino deve se articular com a Pesquisa e a Extensão para não se reduzir à reprodução de conteúdos e a extensão deve se articular à Pesquisa e ao Ensino para não se reduzir ao ativismo.

Associados a esse princípio de indissociabilidade entre os três pilares acadêmicos da universidade, o caráter comunitário da extensão deve privilegiar a interdisciplinaridade entre suas várias áreas de conhecimento para discutir e organizar ações de qualidade que conduzam e contribuam para um maior investimento no desenvolvimento social e econômico do país pelos futuros profissionais ao ingressarem na sociedade.

É nesse sentido que trabalhamos a dimensão comunitária nas ações de extensão da ICES: a partir da descoberta do potencial do fazer cotidiano e da emergência de uma ação direta, uma ação popular nos vários níveis sociais, políticos, culturais e econômicos da sociedade.

Nessa interlocução, as práticas extensionistas favorecem a consolidação dos horizontes da formação acadêmica propiciando sensibilidade para as questões sociais, somada à competência técnico-científica. Portanto, alunos, professores e comunidade passam a ser sujeitos no ato de aprender, de produzir conhecimentos e novas tecnologias e de formar recursos humanos comprometidos com a transformação da realidade, além do acréscimo ao saber desinteressado que também compete à instituição acadêmica.

Nesse sentido, a extensão é uma atividade-fim da ICES que envolve uma ação pedagógica e cultural que amplia a visão de mundo da comunidade acadêmica e apresenta a

realidade além-muros para que a aprendizagem seja mais criativa e atraente nas cadeiras curriculares. Também contribui para a formação de profissionais cidadãos, tecnicamente competentes e comprometidos com uma sociedade mais justa e fraterna.

O documento da Política Nacional de Graduação (2004) reconhece o caráter público das IES definidas como comunitárias e as características que marcam sua identidade:

“As IES definidas como comunitárias, incluindo-se nesse conceito as instituições de origem confessional, afirmam em geral, objetivos de atuação voltados para o amplo campo da educação humana, considerada como contexto maior para a formação profissional em perspectiva cidadã, elemento que não exclui o necessário rigor científico nesse processo que ocorre em campo de aguda criticidade inclusive política. Essas instituições desenvolvem gestão própria e crítica em relação aos modelos de gestão fundados na competência expressa em lucratividade. Apesar de oferecerem ensino pago, possuem orientação pública que as aproximam do modelo de gestão das administradas com recursos públicos (...) A filosofia básica desse amplo conjunto é a de estar a serviço da sociedade, considerada em toda a sua complexidade atendendo à chamada “cor local”.” (p.17)

2.3 INDISSOCIABILIDADE E INTERDISCIPLINARIDADE: PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS FUNDANTES DA FORMAÇÃO ACADÊMICA

O princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão é apresentado como exigência às universidades a partir da Constituição Brasileira, promulgada em 1988, no seu artigo 207 que determina:

“ As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira

e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa, ensino e extensão”(BRASIL, 1988, p. xx)

Essa determinação constitucional é fruto de pressões da sociedade que demandavam uma universidade mais comprometida com as questões sociais do país e com uma visão mais global de mundo. As Universidades precisavam responder à necessidade de adequar sua formação para a construção de um novo perfil profissional e de produzir novos conhecimentos que alcançassem as transformações do mundo produtivo, econômico, financeiro e político marcados pela complexidade dos processos de globalização.

Como um princípio pedagógico, esperava-se que a Universidade ao cumprir sua função, se orientasse pela indissociabilidade a fim de alcançar a qualidade de sua produção acadêmica e o estabelecimento de um conhecimento científico em diálogo permanente com as demandas sociais.

Em 2004, a Política Nacional de Graduação apresentou referências de como a indissociabilidade deveria ser adotada no desenvolvimento dos cursos de graduação e pós-graduação, via projeto pedagógico, pressupondo-se que a aprendizagem na graduação requeria uma formação vinculada à realidade, numa relação dialética entre teoria e prática. Nesse sentido, as atividades de pesquisa e extensão seriam vitais no processo de ensino.

Convém destacar que o item que trata da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão como princípio pedagógico fundamental do Projeto do Curso, assim explicita a associação entre o Ensino e a Pesquisa:

“As novas demandas da sociedade contemporânea exigem uma formação que articule com a máxima organicidade, a competência científica e técnica, com a inserção política e a postura ética. Só se ganha competência científica se cada curso de graduação

conseguir familiarizar os alunos com os fundamentos (epistemes) que sustentam a área científica que informa cada área do conhecimento. Esse processo requer domínio da evolução histórica da respectiva ciência, domínio dos métodos e linguagens mediante os quais se conquistou esse conhecimento e diálogo com os “clássicos” respectivos. È na base desses fundamentos que se pode construir o “aprender a aprender”, condição para o exercício profissional criativo.” (BRASIL, 2004, p.26)

Na relação do Ensino com Extensão, aponta:

“A outra parcela, que contempla o todo, é de natureza política, a que procura contextualizar a produção científica e exercício profissional aos condicionantes da própria sociedade. Por essa perspectiva se afirma que todo exercício profissional se dá em tempo e lugar determinados em estreita relação com projetos que podem fechar ou abrir horizontes humanos, consolidando exclusões sociais ou ensejando aberturas crescentemente integradoras dos diferentes segmentos da sociedade. A necessária dimensão política no processo de formação permite a integração nele de posturas éticas relacionadas ao tema maior da dignidade da vida como direito universal”. (BRASIL, 2004,p.27)

Importante ressaltar que o princípio da indissociabilidade orienta uma nova dinâmica na relação professor-aluno, a partir de uma ação pedagógica que coloca o discente como centro do processo de aprendizagem e o professor, como orientador, coordenador e avaliador dessa ação, valorizando sua autoridade educacional. Nessa perspectiva, o aluno deixa de ser um mero receptáculo do saber apenas transmitido, tornando-se sujeito responsável por sua vida acadêmica.

Em sendo a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão um princípio pedagógico fundante e premente na instituição de ensino superior contemporânea e uma exigência

legal na graduação e pós-graduação, como materializá-lo em nossas instituições?

Necessária se torna a reorientação de políticas institucionais para garantir que os projetos pedagógicos possam ser elaborados e executados à luz desse princípio. Tal medida implica em preparar os diversos atores (gestores, docentes e técnicos administrativos), responsáveis pela dinâmica a ser implementada nos processos educativos. Deve-se investir em capacitações de técnicos na área de gestão das várias áreas acadêmicas e em programas de formação continuada para os professores visando ao aprimoramento da competência pedagógica de modo a inseri-los na realidade de um cenário em constantes mudanças, exigindo permanente atualização no modo de ensinar.

Apresentadas as características de uma instituição de ensino superior nos moldes ideais, se cumpridas todas as exigências da lei, perguntamos se nossas instituições, hoje, se aproximam da visão contemporânea do fazer acadêmico balizado pela indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. Com qual conceito estamos nos referenciando e como praticamos esse princípio pedagógico? Nossas instituições estão estruturadas de forma a favorecer esse formato de graduação e pós-graduação?

O conceito de indissociabilidade implica a densa compreensão da universidade como uma grande síntese da necessária dinâmica relacional entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. É interessante reconhecer que ele se apresenta numa determinação negativa – “não-desassociar” – que parece causar mais embaraços do que facilidades para sua efetivação. Portanto, é saudável pensá-lo por um viés interpretativo que nos apresente a determinação positiva do conceito. Esse movimento é necessário para exauri-lo em suas funções heurísticas.

Fazendo assim, podemos compreender que a necessária indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

é, portanto, a necessária associação entre eles: a associação entendida como cooperação (co-operação - agir juntos) e coelaboração (co-elaborar - pensar juntos).⁸ Ela implica o envolvimento orgânico e sistematizado entre agentes que se compreendem partícipes da construção da identidade do mesmo lugar - universidade - em suas tarefas diante da humanidade.

Ao construir a identidade desse grande lugar que os abriga, esses três pequenos lugares constroem suas identidades particulares. Como toda construção identitária, um sujeito apenas se afirma na afirmação do outro. A dinâmica relacional determina e orienta os envolvidos. Se a Pesquisa nega a Extensão, ela se coloca obstáculos para adensar seu existir universitário. Sozinha, não é capaz de construir a universidade.

No nível de sua efetividade, a associação entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão implica na elaboração de momentos e movimentos intelectuais comuns. Também se espera que um mesmo tema seja objeto das práticas de Pesquisa e Extensão universitárias. Os processos/métodos e resultados podem ser comparados em momentos comuns de avaliação. Fazendo-se assim, Extensão e Pesquisa se municariam mutuamente com elementos que lhes fornecem recursos heurísticos que permitem maior amplitude e profundidade nos processos particulares de um e outro. O ambiente acadêmico será mais fértil para a produção de sínteses que fará o pesquisador retornar para seu laboratório ou gabinete com questões e conclusões que seriam impossíveis de serem formuladas no isolamento.

Uma compreensão ligeira pode reputar à extensão universitária à condição de assistencialista. No entanto, quando é pensada com mais vagar e considerando as reflexões recentes, descobrimos que sua existência, madura e intelectualmente responsável, adensa o Ensino e a Pesquisa. E é assim porque ela parece estar menos refém do brutal peso estrutural que recai por sobre a Pesquisa e o Ensino. Nessas contradições da história, o desprivilégio ressentido pela

8 Notar o sentido da palavra in-dis-sociabilidade - não-des-associar.

Extensão, que a colocou às margens do cotidiano acadêmico, também a deixou com um peso inercial menor. Ela consegue mais facilmente deixar o entulho histórico de processos e mentalidades defasadas e ser um espaço de críticas e de proposituras dinamificadoras com vistas à legalmente prevista e à não realizada indissociabilidade/associação.

À universidade cumpre investir em estratégias capazes de colocar juntas as diversas mentalidades dispostas à produção do conhecimento e deixar para trás entulhos como aqueles que teimam em nos fazer acreditar que, no ensino superior, apenas a Pesquisa produz conhecimento e apenas o Ensino transmite conhecimento. A associação entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão é o horizonte possível em nosso momento histórico para que a universidade se realize em sua natureza e potência, livrando-se do risco da perda da legitimidade.

São muitos os desafios para alterar paradigmas tradicionais para que o ensino superior se adeque a uma realidade que permita uma formação norteadada pelo princípio da indissociabilidade. Novas metodologias devem ser experimentadas e outras ferramentas de gestão, de didática e de formação de educadores devem ser criadas a partir da realidade de cada instituição.

Nesse sentido, o princípio da interdisciplinaridade é um elemento essencial para que se possa transformar uma universidade departamentalizada e dividida em áreas de conhecimento independentes e que não se integram em um formato que permita a interrelação de teorias e metodologias para a produção de novos conhecimentos.

Discutir a interdisciplinaridade é refletir sobre como as várias ciências ainda se encontram fragmentadas e como o saber altamente especializado impede a unificação de ideias e interesses em prol do avanço do conhecimento. Daí a exigência de um novo perfil de universidade capaz de responder aos desafios e transformações da ciência contemporânea.

Nesse sentido, Olga POMBO (2005) sugere alguns elementos para configuração de estruturas propiciadoras de práticas interdisciplinares:

“[...] na medida que ela é um polo de investigação, um lugar de produção de conhecimento novo, [...] vai ter que adoptar, e simultaneamente apoiar as exigências interdisciplinares que atravessam hoje a construção de novos conhecimentos. E para isso, vai ter que repensar as formas clássicas de articulação disciplinar, vai ter que reorganizar suas divisões internas em faculdades e departamentos. Ou seja, aquilo que hoje é pedido a universidades, o que está a acontecer é justamente a constituição de institutos, centros, laboratórios e projetos de investigação interdisciplinares, de programas interdepartamentais de mestrado e doutorado, de cursos flexíveis nos quais os estudantes possam encontrar seu próprio (per)curso por entre a variedade de cadeiras, módulos, seminários que lhe são propostos.” (POMBO, 2005,p.12)

Em resposta às exigências de um saber unificado, o fazer extensionista, por sua natureza, é um terreno fértil capaz de promover a integração de saberes entre as distintas áreas de conhecimento científico e o saber popular. Essa ação, por sua vez, requer uma íntima conexão com o ensino, via conhecimentos teórico-metodológicos, e com a pesquisa, que traz em si o germe da investigação.

Como geradora de novos conhecimentos, a Pesquisa integra-se ao Ensino, tanto na renovação dos conteúdos quanto no desenvolvimento da capacidade inquiridora, metodológica e questionadora dos sujeitos acadêmicos. Nesse processo, sua articulação com a extensão enriquece a produção do conhecimento, posto que o contato com a realidade social é indutor de reflexão e da criação de novas práticas de transformação de uma dada realidade.

A articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão, como princípio e metodologia de produção de conhecimento, será realizada na ICES, mediante alguns pressupostos e estratégias.

O pressuposto primeiro é de que a graduação, em suas três dimensões, deve possibilitar ao aluno o domínio das competências e habilidades previstas nas diretrizes curriculares nacionais, coadunadas com os princípios e a missão das instituições educacionais comunitárias.

Em decorrência, a busca pela qualidade na formação dessas competências e habilidades passa necessariamente pela oferta substantiva e acurada dos conteúdos, do estímulo à instigação e ao raciocínio crítico-reflexivo, imbricado no desenvolvimento de valores morais e éticos. Dessa forma, o propósito é de que o egresso do ensino superior esteja apto a exercer as competências requeridas pelo mundo do trabalho e da vida acadêmica, adicionadas às capacidades de inovar continuamente e de se situar responsabilmente na sociedade.

Importa ressaltar a interdisciplinaridade como um princípio fundante da formação dessas competências e habilidades. As abordagens disciplinares, embora necessárias, não respondem aos desafios da complexidade do mundo atual. Assim, a interdisciplinaridade não nega o valor do olhar disciplinar; no entanto, além de princípio, ela pode ser uma estratégia que permita a conciliação complementar de domínios próprios de diferentes áreas do conhecimento, conceitos e metodologias, de modo a iluminar um problema e construir soluções mais abrangentes. A estratégia, além da integração e convergência de instrumentos e metodologias e maior consistência teórica e operacional, reverte a tendência da fragmentação do conhecimento da realidade.

É preciso entender a interdisciplinaridade para além de elementos cognitivos e operacionais e pensá-la em termos de criação de novos hábitos e atitudes que permitam a curiosidade, o gosto pela cooperação, o interesse pelo saber do outro, o

desejo de partilha entre os diversos conhecimentos e olhar o agregativo. Assim, será possível caminhar juntos, a partir de áreas antes ditas como completamente distintas. Dessa forma, “para arriscar fazer interdisciplinaridade é necessário perceber que a nossa liberdade só começa quando começa a liberdade do outro” (POMBO, 2005, p.13).

A articulação entre as três dimensões do fazer acadêmico – Ensino, Pesquisa e Extensão – encontra, nesse princípio e estratégia, largo caminho. Mais do que a justaposição de disciplinas, a interdisciplinaridade envolve o trabalho coletivo que problematiza o objeto em seus diferentes aspectos, permitindo encontrar múltiplas respostas e possibilidades de intervenção. Nessa perspectiva, tanto a pesquisa quanto a extensão configuram-se como meios por excelência na realização desse princípio pedagógico.

A garantia dessa integração poderá ser feita por meio da inserção dessas atividades nos currículos, nas diferentes formas que as diretrizes curriculares e projetos pedagógicos possibilitam, sendo necessária sua validação por meio de créditos e/ou de outros procedimentos.

Os laboratórios, clínicas, serviços de assistência jurídica, hospital universitário, fazenda experimental, entre outros, configuram-se como espaços privilegiados de integração Ensino, Pesquisa e Extensão. Neles, o aprimoramento da prática profissional pode ser potencializado pelo estímulo às práticas investigativas, que geram reflexões sistemáticas que, por sua vez, possibilitam o desenvolvimento da capacidade crítica e construtiva do aluno. Por outro lado, a visão interdisciplinar é sustentáculo das novas habilidades requeridas para qualquer profissional do mundo contemporâneo.

3. GESTÃO E FINANCIAMENTO DA EXTENSÃO

Um bom diagnóstico, uma construção teórica ampla e consistente e um planejamento coerente são condições necessárias

para o pleno desenvolvimento da Extensão em nossas IES, porém não são suficientes. É a gestão, no sentido de coordenação da execução, de direção, do monitoramento e da avaliação, que vai materializar esse desenvolvimento da Extensão. Assim, a primeira condição para uma boa gestão da Extensão é ter presente o que já foi abordado acerca de sua conceituação.

O tema está presente em diversos documentos do ForExt - principalmente na *Carta de Florianópolis* (ForExt 2003a) - como síntese de contribuições nos vários eventos nacionais e regionais, o que nos leva a retomar aqui muito desse material produzido.

3.1 CONDICIONAMENTOS DA GESTÃO DA EXTENSÃO

3.1.1 A CONDIÇÃO COMUNITÁRIA COMO DETERMINANTE NO PROCESSO DA GESTÃO DA EXTENSÃO

É comum que, na identidade declarada das Instituições Comunitárias, a Extensão seja apresentada com destaque. Essa declaração impõe à gestão da Extensão uma responsabilidade diferenciada em relação aos outros setores. Disso resulta que a primeira condição determinante na gestão da Extensão é a identidade comunitária.

Tal identidade implica considerar:

- a) A vasta experiência extensionista das Instituições Comunitárias, acumulada ao longo das últimas décadas e pautada em compromissos éticos e de justiça social, traduzido pelo compromisso social das IES Comunitárias com o processo de construção da cidadania, e de uma sociedade mais justa e mais humana;
- b) A abrangência e a diversidade das atividades de Extensão e de Ação Comunitária desenvolvidas por estas IES comunitárias;

- c) A inserção das Universidades e IES Comunitárias na moldura legal do Sistema de Educação Superior, inserção esta que implica, não raro, dificuldades na relação com o Estado e mesmo com as IES de natureza estatal e particular com fins lucrativos; a expressiva participação e a relevância das IES Comunitárias no âmbito da Educação Superior no Brasil;
- d) O caráter público e não-estatal das Instituições Comunitárias que, ao mesmo tempo em que expressa seus compromissos em defesa do interesse coletivo e nas suas finalidades não lucrativas, não exclui a dependência da lógica do mercado, à medida que são as mensalidades escolares a sua principal fonte de renda.

3.1.2 A CONDIÇÃO DA EXTENSÃO NO MEIO ACADÊMICO

A relação entre Extensão universitária e os outros setores da Instituição é condição para sua própria existência. Nesse sentido, sua gestão precisa considerar que:

- a) A Extensão como processo acadêmico e social, é uma das atividades-fim da IES;
- b) Sua institucionalidade pressupõe seu entrelaçamento com as dimensões teórica, política, ética e social do processo educativo;
- c) Sua práxis é capaz de desencadear processos pedagógicos criativos, que possibilitam a articulação teoria e prática e o estímulo à postura interdisciplinar, assim como a elaboração de novas metodologias no processo de construção do conhecimento, possibilitando suporte à apreensão crítica do real e a realimentação das políticas curriculares.

Assim, a gestão acadêmica da Extensão deve considerar a amplitude da estrutura acadêmica e, ao mesmo tempo, as implicações que possui sobre o seu funcionamento, envolvendo as dimensões do Ensino, da Pesquisa e da Administração. Isso

implica um diálogo com a comunidade acadêmica, que possa se realizar num envolvimento crescente das estruturas e dos sujeitos responsáveis pela construção da Instituição, tendo como interlocutores diretos seus responsáveis imediatos. Do contrário, corre-se o risco de não se conseguir superar uma existência da Extensão na estrutura institucional ainda restrita ou mesmo configurada como um setor ou uma tarefa à parte.

3.1.3 A CONDIÇÃO DA EXTENSÃO COMO MEDIAÇÃO ENTRE A INSTITUIÇÃO E O MUNDO

A dimensão da gestão vai exigir do gestor uma postura que o possibilite dialogar com:

- a) A sociedade – que inclui desde os Movimentos Populares, Organizações Não-Governamentais, Movimentos de Gênero e Movimentos Étnicos, até o mundo das artes e da cultura⁹, exigindo compreensão para a construção de parcerias e assumindo o papel de mediação entre esses atores e a Instituição;
- b) O Mercado – na sua lógica própria, com relações de produção, compra, venda e consumo; exigindo do gestor a mediação para contratos, prestação de serviços, a realização de estágios etc. É preciso observar, ainda, que aqui se dá o encontro de duas lógicas, dois *modus operandi* distintos: Universidade e Mercado;
- c) O Estado – e suas particularidades da política e do sistema jurídico, algo que se torna importante à medida que a Extensão começa a integrar, com mais ênfase, os critérios para a regulação estatal da educação superior.

Vista por essa ótica, a gestão da Extensão exige uma preparação diferenciada da gestão em outros campos acadêmicos

9 Nossa época é marcada pela emergência de temas e atores do mundo cultural, que exigem enfoques específicos. A Universidade e, em especial a Extensão, precisam estar atentas a questões relativas às faixas etárias (juventude, terceira idade), à bioética, à dependência de drogas, à violência, à ecologia etc.

3.2 A DIMENSÃO METODOLÓGICA DA GESTÃO DA EXTENSÃO

Do ponto de vista metodológico é preciso enfatizar que a gestão sem planificação e sem avaliação tende à incoerência, à medida que se desenvolve sem parâmetros e sem o necessário equacionamento entre recursos, necessidades e demandas. Posto isso, é preciso afirmar:

3.2.1 CONCEITO DE GESTÃO

A Gestão da Extensão pode ser caracterizada como todo o investimento institucional no sentido de favorecer e aprimorar os processos de planejamento, organização, implantação, financiamento, acompanhamento e avaliação das ações de extensão da Instituição de Ensino Superior (IES).

Algumas diretrizes gerais podem ser traçadas a partir deste conceito:

- a) Os parâmetros que norteiam as atividades de gestão da extensão devem ser retirados do Projeto Pedagógico Institucional, do Plano de Desenvolvimento Institucional, da Política de Extensão, dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação e de Pós-graduação, e de Grupos de Pesquisa devidamente certificados.
- b) Dada a amplitude e capilaridade das ações de extensão, é desejável que a instância responsável pela sua gestão busque articulação com diferentes órgãos e instâncias institucionais, notadamente aqueles relacionados ao ensino e à pesquisa.

3.2.2 A GESTÃO DA EXTENSÃO NECESSITA SER INSTITUCIONALMENTE PARTICIPATIVA

- a) Sua operacionalização envolve os diversos atores acadêmicos não como meros operadores, mas como protagonistas, dos quais depende, inclusive, o

surgimento de novas propostas de ações. A gestão da Extensão, por exemplo, é realizada por diferentes unidades acadêmicas e administrativas, com destaque para os colegiados de cursos e de departamentos, responsáveis pela proposição e pela avaliação acadêmica das atividades de Extensão.

b) A sustentação do processo dialógico precisa ser marcado pelos princípios da democracia, da horizontalidade e da transparência. O processo de diálogo pode avançar no sentido de se constituir uma colegialidade institucionalmente reconhecida. Com efeito, é fundamental que se enfatize o papel dos colegiados já existentes e que, na medida do necessário, possam ser criadas novas estruturas facilitadoras do processo participativo, inclusive naquilo que diz respeito ao planejamento orçamentário.

c) A descentralização da gestão implica a descentralização da tomada de decisões, da formulação e da avaliação, estimulando o envolvimento, a criatividade e o comprometimento da comunidade acadêmica.

3.3.2 PLANEJAMENTO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Para a construção de um referencial teórico e prático acerca do Planejamento da Extensão, a pergunta pelo sentido das coisas é uma premissa fundamental. “Saber fazer” exige a companhia do “saber ser”. Fazer uma pergunta fundante sobre o sentido da Extensão Universitária e, ainda, saber de onde vem essa pergunta é um ofício indispensável (SAMPAIO, 2002b).

a) Afirmar a natureza/identidade da Universidade

Para o Planejamento da Extensão, de início, é preciso deixar claro que a Extensão da qual estamos tratando só tem seu sentido no interior da própria identidade da academia. Uma

Universidade não pode ser confundida com uma Organização Não Governamental, com uma Igreja, com um Sindicato, com uma Organização Popular, com uma Empresa, com o Estado ou com qualquer outro ente social. Embora a Universidade tenha que, necessariamente, dialogar com toda a sociedade em que está inserida, é preciso compreender qual é a sua identidade no conjunto dessa sociedade. E, somente a partir da identidade da Universidade, é que se pode compreender o lugar e o papel da Extensão da qual estamos tratando.

Nesse sentido, o primeiro pressuposto teórico do planejamento da Extensão é retomar a sua concepção na relação direta com o que é a Universidade, a Pesquisa e o Ensino, assim como retomar a relação com os princípios políticos institucionais, os quais já foram apresentados no capítulo anterior. Sem essa atitude, a Extensão tende a isolar-se do conjunto da Instituição, configurado na identidade, na missão e nos projetos políticos institucionais.

b) Afirmar a Extensão Adjetiva

Partindo da premissa já apresentada que, dentre outras coisas, considera a Extensão como categoria ética que pergunta pelo sentido e relevância do Ensino e da Pesquisa, todo Planejamento da Extensão precisa considerar o conceito da “Extensão Adjetiva”, ou seja, como uma categoria que permeia todas as ações acadêmicas para qualificá-las.

É nesse sentido que a Extensão ocupa lugar privilegiado na academia, porque procura responder, com sua especificidade, à pergunta sobre o sentido tanto da produção quanto da socialização do conhecimento que se faz no âmbito da Universidade, ajudando, assim, a efetivar a relevância social e política do Ensino e da Pesquisa. E esta é a pergunta da ética. A Extensão é, desse modo, capaz de transformar o saber acadêmico em um bem público a que todos podem ter acesso e estabelecer parcerias com a sociedade para a construção de um projeto social que traga dignidade de vida a todas as pessoas.

Planejar a Extensão como categoria adjetiva significa permear todas as atividades acadêmicas (sala da aula, laboratórios, monografias, estágios, pesquisas etc) com a pergunta que a ética faz sobre a sua relevância no processo de produção e de socialização do conhecimento. Tal concepção, se levada às últimas conseqüências, fará de cada docente da universidade um educador responsável, capaz de saber cuidar do Ensino (como socialização do conhecimento acumulado), da Pesquisa (como ensino do método de produção de novo conhecimento) e da Extensão (como afirmação do valor ético do conhecimento).

Contudo, se, por um lado, esse conceito sobre a Extensão é fundamental para delinear sua especificidade na indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, não é menos importante perceber que, por outro lado, não se pode limitar o lugar e o papel da Extensão a esse conceito. Daí a necessidade de discorrer sobre a terceira afirmação.

c) Afirmar a Extensão Substantiva

Além de a Extensão ser considerada em seu papel de fazer a pergunta pela ética do conhecimento, é necessário também ter em conta sua especificidade no campo da estética, ou seja, como um ofício que desenvolve a arte de criar ações substantivas de produção do conhecimento para construir o belo e o agradável, tanto em nível de bens materiais como em nível de sentimentos e sensações da vida humana, como resposta às demandas e necessidades de outros segmentos da sociedade. Nesse sentido, o Planejamento da Extensão, no atual contexto da academia, precisa também considerar a sua dimensão operacional específica.

Assim, planejar a Extensão como categoria estética exige a elaboração de Programas, Projetos, Cursos e outras atividades de socialização do conhecimento. É importante destacar que tais atividades não podem ser programadas nem realizadas sem, minimamente, levar em consideração quatro

aspectos fundamentais, ou seja, a vinculação delas com o Projeto Pedagógico do Curso de onde procede; a formação teórica e prática dos estudantes; o avanço da área de conhecimento em que está inserida; e, o diálogo com a comunidade em que tal atividade é realizada.

Como diretriz, o planejamento da Extensão exige a construção do cenário local, um levantamento da realidade institucional, pelo menos, em dois níveis:

- a) Diagnóstico sobre a Extensão Existente – é preciso indicar o que e como se faz Extensão e quem são seus protagonistas. É preciso, ainda que se faça um reconhecimento sobre a situação de sua institucionalidade, como ela se insere nos documentos que definem a identidade da Instituição e qual a prioridade efetiva que recebe;
- b) Diagnóstico da Extensão Potencial – considerando que a Extensão tem, como ponto de partida, pelo lado acadêmico, a Pesquisa e o Ensino, e, pelo lado social, os desejos, as necessidades e as demandas dos grupos sociais, é preciso que se faça um levantamento sobre as potencialidades desses aspectos. Para tanto, é importante uma leitura da realidade social, suas exigências, e uma análise da realidade acadêmica, procurando-se, no âmbito da IES, as áreas, Programas e Projetos com maior aderência.

O planejamento deve ser construído de maneira a possibilitar o envolvimento de todos que atuam diretamente na gestão, seja na área acadêmica (ensino, pesquisa e extensão), seja na administrativa, assim como os grupos sociais externos envolvidos. Deve preferencialmente prever:

- a) definição de recursos e pessoas envolvidos;
- b) as metas a serem alcançadas, incluindo os impactos em relação aos grupos sociais externos;
- c) os critérios de acompanhamento e avaliação das atividades.

3.3 FINANCIAMENTO DA EXTENSÃO

Considerando que as instituições comunitárias não são contempladas pelo governo federal em seus editais para a extensão universitária com o financiamento público, as diretrizes que cabem no presente momento são:

- a) Assegurar, por ocasião da elaboração do orçamento anual, uma dotação orçamentária específica para a rubrica “extensão”, ouvida a instância responsável pela extensão da IES, que contemple recursos para remuneração de professores (tempo dedicado à extensão) e Bolsas para alunos de graduação.
- b) Participar de editais de financiamento de Programas e Projetos de extensão publicados por instituições privadas, convergentes com a política de extensão institucional.
- c) Identificar oportunidades de convênios/parcerias/cooperação bi ou multilateral com organizações públicas, privadas e/ou do terceiro setor específicos para viabilização de ações extensionistas.
- d) Buscar parcerias inter-institucionais no âmbito das IES comunitárias para viabilização de ações extensionistas de interesse comum.

3.4 AÇÕES DE EXTENSÃO

Inicialmente, nos parece importante reconhecer que apesar dos estudos sobre interdisciplinaridade e indissociabilidade, continuamos herdeiros de uma tradição que compartimentaliza, ao buscar formatar as ações separando-as e classificando-as de modo dissociado. Nesta perspectiva, é um desafio classificar as ações de extensão, especialmente quando estas, num olhar menos atento, podem parecer diretamente associadas ao ensino ou a pesquisa. Na tentativa de romper com esta tradição, não nos caberia reduzir as ações classificando-as, mas buscar ampliá-las, ao assumir a interdisciplinaridade e a indissociabilidade.

Assim, todas as ações propostas e realizadas pelas Universidades deveriam, em síntese, perseguir estes princípios.

Deste modo, diante da pergunta se esta ou aquela ação realizada pela Universidade pode ser considerada uma ação de Extensão, não raro, há dificuldade de resposta. O fato é que, se a dimensão teórica da Extensão tende à maior rigidez - no sentido que precisa guardar princípios, retomar referenciais, dialogar com outros documentos institucionais - a dimensão prática possibilita maior flexibilidade, originando uma considerável diversidade de ações.

Reconhecemos que a indissociabilidade é um conceito teórico que nos desafia a vivência desta experiência no cotidiano. Assim também percebemos como relevante considerarmos as possibilidades de integração da extensão com o ensino e a pesquisa, de modo que todas as atividades acadêmicas, em síntese, poderiam buscar esta integração.

Para melhor explicitá-la consideramos que a relação entre pesquisa e extensão ocorre quando a produção do conhecimento é capaz de contribuir com a problematização e a busca por respostas às demandas sociais, fortalecendo a relação da Universidade com a comunidade externa. São, portanto, trabalhos com metodologias e práticas de intervenção social junto a comunidades externas, que viabilizam e reafirmam a relação dialógica entre universidade e outros setores da sociedade, qualificando a formação dos estudantes e professores.

No processo de ensino, momento em síntese de socialização do conhecimento, são inúmeras as oportunidades de integração entre extensão e ensino. São atividades de ensino que questionam a relevância social do conhecimento por meio de metodologias que favorecem a interdisciplinaridade. Portanto, a extensão ao questionar a relevância social do ensino e da pesquisa, trás importantes contribuições para o processo de ensino e novas questões desafiadoras para a pesquisa.

Para que se reconheça efetivamente uma ação realizada pela Universidade como ação de extensão universitária, há que se retomar o conceito de extensão elaborado pela própria IES e pelos quais a Instituição norteia suas práticas (missão). Torna-se relevante questionar de que modo a ação de extensão proposta corresponde os princípios, referenciais e fundamentos expressos neste conceito para, a partir da resposta a este questionamento, reconhecer esta ou aquela ação como sendo de extensão universitária.

A partir dos conceitos apresentados, especialmente a partir do conceito de extensão universitária, elaborado em diálogo com outros conceitos como indissociabilidade, integração, interação dialógica e interdisciplinaridade as **ações de extensão** podem ser definidas como: a) Programas, Projetos e Atividades de socialização de conhecimentos; b) Cursos de Extensão; c) Participação em Conselhos, Eventos Acadêmicos abertos à comunidade externa: Congressos, Simpósios, Seminários, Colóquios, Semanas de Curso e atividades afins; d) Promoções de Arte, Cultura, Esporte e Lazer com envolvimento da comunidade externa; e) Prestação de Serviços, Consultorias e Assessorias, Extensão Tecnológica, Estágios Obrigatórios; f) Clínicas Escola; g) Práticas de Atuação Profissional Curriculares; h) Disciplinas que incluem práticas com comunidades externas; i) Projetos de Pesquisa, Trabalhos de Conclusão de Curso, Monografias, Dissertações e Teses com metodologias e práticas de intervenção social junto a comunidades externas.

Com esta definição, elaborou-se, a partir de consulta realizada aos documentos institucionais das IES comunitárias, uma caracterização possível para estas ações. Dividimos estas ações em ações diretas de extensão e ações que permitem a integração entre extensão e ensino e extensão e pesquisa:

3.4.1 AÇÕES DIRETAS DE EXTENSÃO

a) Programas e projetos de extensão:
regulamentados internamente, configuram-se como

uma atuação planejada, articuladora da pesquisa e do ensino com a participação de comunidades externas. Estas ações contam com a coordenação de docentes e a participação de discentes. Nesta atuação os alunos tem a oportunidade de reconhecer o papel que podem desempenhar na busca de respostas às principais demandas sociais e posicionar-se, com vistas à contribuir para a melhoria da qualidade de vida da comunidade com a qual atua. Torna-se ainda relevante afirmar que a ação extensionista desenvolvida nos programas e projetos de extensão visam a autonomia das comunidades. Busca-se, portanto, metodologias que favoreçam o potencial da comunidade e evita-se relações de dependência ou assistencialismo. Assim, programas e projetos configuram-se como espaços privilegiados de construção e produção de sentido;

b) Cursos de Extensão – cursos, não regularmente oferecidos nas modalidades de graduação e pós-graduação (*Latoe Stricto Sensu*), que devem privilegiar os princípios da indissociabilidade, interdisciplinaridade e interação dialógica com a comunidade, e, nesse sentido, sendo destinados ao público em geral, incluídos os integrantes da comunidade acadêmica;

c) Eventos e outras atividades de socialização de conhecimentos e eventos acadêmicos: congressos, palestras, encontros, simpósios, seminários, colóquios, semanas de curso, jornadas e atividades afins - caracterizam-se como momentos em que a Universidade apresenta/compartilha parte das atividades que desenvolve e convida a comunidade interna e externa a conhecer e participar das mesmas. Trata-se de um momento privilegiado para o desenvolvimento da perspectiva interdisciplinar da ação extensionista, pois, tais atividades podem ser impulsionadoras de diálogo entre a IES e a comunidade externa;

d) Promoções de Arte, Cultura, Esporte e Lazer: são consideradas atividades de extensão quando

estas ações envolvem participação e diálogo com a comunidade externa e busca articular-se ao processo de ensino e pesquisa. Neste sentido, estas ações fortalecem o intercâmbio de saberes na relação da universidade com a comunidade externa;

e) Participação em conselhos, fóruns e instâncias assemelhadas – atuação do corpo docente ou técnico da IES em conselhos (por exemplo, Conselho de Direitos, Conselhos de Políticas Públicas, Conselhos Gestores de Políticas Públicas Setoriais), Fóruns, espaços de controle social, com indicação formal pela Reitoria ou órgão equivalente. Constitui-se, portanto, num espaço legítimo de atuação extensionista, em que se estabelecem diálogos na busca de respostas aos desafios e demandas sociais;

f) Prestação de serviços, consultorias e assessorias: ações de atendimento às demandas de instituições públicas, privadas e do terceiro setor. Podem ser realizadas em espaços externos à Universidade e se caracterizam como momentos em que os corpos docente e discente têm a oportunidade de confrontar saberes adquiridos no ensino e na pesquisa com tais demandas.

g) Extensão Tecnológica: caracteriza-se pelo desenvolvimento de produtos e processos inovadores elaborados em diálogo com empresas públicas ou privadas. Podem constituir patentes depositadas; desenvolvimento de produtos e processos não patenteados, software, organização ou gestão de incubadoras de empresas de base tecnológica. Estas ações devem ser respaldadas pelas atividades dos Grupos de Pesquisa Institucionais e alinhadas aos Projetos Pedagógicos dos cursos envolvidos.

3.4.2 AÇÕES DE EXTENSÃO INTEGRADAS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO:

a) Estágios Curriculares e extracurriculares, Clínicas Escola e outras Práticas de Atuação

Profissional Curriculares: compreendidas como ações previstas nos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação, configurando-se como um momento em que o estudante se insere no mundo profissional para desenvolvimento de sua formação específica. Caracteriza-se como ação de Extensão à medida que se constitui como um processo de cotejo entre o conhecimento adquirido na academia e sua operacionalização prática;

b) Disciplinas regulares dos cursos de graduação e pós-graduação que contemplam práticas com comunidades externas: são ações de extensão, previstas nos Projetos Pedagógicos dos cursos, que permitem ao aluno articular o que aprendeu com o que é vivenciado pela comunidade externa;

3.4.3 AÇÕES DE EXTENSÃO INTEGRADAS À PESQUISA

a) Projetos de Pesquisa, Trabalhos de Conclusão de Curso, Monografias, Dissertações e Teses: a relação entre pesquisa e extensão ocorre quando a produção do conhecimento é capaz de contribuir com a problematização e a busca por respostas a demandas sociais, fortalecendo a relação entre o mundo acadêmico e a comunidade externa. São trabalhos com metodologias e práticas de intervenção, que viabilizam e reafirmam a relação dialógica entre IES e comunidades;

Deste modo, em relação às ações de extensão apresentadas - o problema que se apresenta não é se esta ação em si é ou não Extensão, mas a qualidade, a modalidade, enfim, onde e como se dá a ação. Nesse sentido, parece-nos claro que sempre que o estudante tem a oportunidade de integrar o conhecimento adquirido por meio do ensino e da pesquisa à atuação e ao diálogo com comunidades externas estamos oportunizando a este estudante uma vivência de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

As ações de extensão configuram-se como momentos privilegiados em que é possível estabelecer a interação dialógica entre os saberes acadêmicos e os saberes populares, tendo como consequência a elaboração de novos saberes, relevantes para a academia e para a comunidade, um saber resultante da interação entre realidade local e regional, conhecimento acadêmico e popular.

Por outro lado, algumas ações podem não estar diretamente vinculadas à área de formação do estudante. Entretanto, mesmo essas, em muitos casos contribuem para a ampliação do campo de visão da realidade e para a aquisição de novas competências e habilidades, como um enriquecimento da formação acadêmica e profissional.

Assim, as ações de extensão universitária indissociáveis do processo de ensino e pesquisa em diálogo com as demandas da sociedade, qualificam a formação dos estudantes e professores.

Ao buscarmos definir e caracterizar estas ações, não queremos de modo algum, engessá-las ou limitá-las. Pretendemos problematizar estas ações e reconhecer a potencialidade destas no sentido de reafirmar os princípios, referenciais e fundamentos do conceito de extensão que as subsidia. Portanto o questionamento proposto sobre as ações devem servir para aproximá-las ao máximo do conceito e do ideal proposto e expresso nos documentos institucionais.

4. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO

Embora a existência de uma Pró-Reitoria de Extensão ou Coordenadoria de Extensão não seja garantia da qualidade da gestão das ações extensionistas, o primeiro passo para o reconhecimento interno da extensão na IES passa pela existência de um órgão de gestão específico. Além disso, a institucionalidade da extensão cria condições propícias para que os critérios de avaliação sejam comuns à toda IES, e não pulverizados e diversificados.

Nesse sentido, as orientações são:

- a) Os critérios norteadores das atividades de acompanhamento e avaliação das ações de extensão devem ser de domínio público, preferencialmente divulgados por editais e previstos em regulamentos específicos.
- b) Todo o processo de gestão e avaliação da extensão precisa ser marcado pelos princípios da democracia, da horizontalidade e da transparência. Eles serão a sustentação e a garantia para aquilo que se chama de processo dialógico. Para tanto, é fundamental que se enfatize o papel dos colegiados já existentes e que, na medida do necessário, possam ser criadas novas estruturas facilitadoras do processo, inclusive naquilo que diz respeito ao planejamento orçamentário. Assim, a existência de pelo menos duas instâncias institucionais encarregadas do acompanhamento e da avaliação da extensão tende a ser pertinente em relação aos princípios afirmados.

4.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Para refletir sobre o aspecto metodológico da avaliação institucional da extensão, é importante conhecer e entender o conceito de qualidade da educação superior. E para esta reflexão, reportamos às contribuições do professor José Dias Sobrinho (2002)¹⁰, quando afirma que para falar de avaliação da qualidade da educação superior, é necessário entender à concepção de “qualidade como transformação”. Esta ideia está baseada na noção de mudança qualitativa. “A transformação não se refere só a mudanças físicas, senão que também implica transcendência cognitiva (...). Uma educação de qualidade

¹⁰ Contribuições extraídas do livro *Avaliação democrática: para uma universidade cidadã*, organizado pelos professores José Dias Sobrinho e Dilvo I. Ristoff. Florianópolis: Insular, 2002.

é aquela que efetua mudanças no participante e portanto presumivelmente o enriquece” (Dias Sobrinho; Dilvo, 2002).

Segundo Dias Sobrinho e Dilvo (2002), na Conferência Regional da ONU – Organização das Nações Unidas, realizada em Havana (1996), se assinala que:

O conhecimento é um bem social que só pode ser gerado, transmitido, criticado e recriado em benefício da sociedade, em instituições plurais e livres, que gozem de plena autonomia e liberdade acadêmica, e que indeclinável vontade de serviço na busca de soluções às demandas, necessidades e carências da sociedade à qual devem prestar contas como contrapartida necessária para o pleno exercício da autonomia. A educação superior poderá cumprir tão importante missão na medida em que se exija a si mesma a máxima qualidade, para o qual a avaliação contínua e permanente é um valioso instrumento.

Nessa Conferência, a comissão dedicada à análise do problema da qualidade da educação superior, da avaliação e do credenciamento (*acreditación*) define a qualidade como “a adequação do ser e do que-fazer da educação superior a seu dever ser”. E acrescenta:

é uma construção humana, uma consequência de ações deliberadas que procuram alcançar resultados satisfatórios, de acordo com as finalidades preestabelecidas. O problema é não impor à prática da educação superior um conceito de qualidade que violente as qualidades inerentes a ela (ONU,1996)

Diante das considerações apontadas por Dias Sobrinho e Dilvo (2002), deve-se compreender que o processo de avaliação institucional da extensão, para que esta possa ser analisada, discutida e modificada pela comunidade acadêmica e pela comunidade externa, deverá incorporar-se à cultura da instituição, integrando-se ao processo de avaliação institucional da IES e deve ter como fundamentos a missão

e a identidade da instituição. Esse procedimento permite a realização de um processo de avaliação que seja de fato institucional, democrático e gerador de mudanças.

Entende-se a avaliação como:

o processo orientado a determinar sistemática e objetivamente a pertinência, eficiência, eficácia e impacto de todas as atividades à luz de seus objetivos. Trata-se de um processo organizativo para melhorar as atividades em marcha e ajudar a administração no planejamento, programação e futuras tomadas de decisões (Dias Sobrinho; Dilvo, 2002).

Nesse sentido, a avaliação é um componente prioritário para o desenvolvimento de projetos, programas e políticas públicas que visem à melhoria da qualidade de vida das populações.

Cuba e Lincoln apud Contandriopoulos et al. (1997) apontam quatro estágios metodológicos da avaliação:

a) o primeiro estágio é baseado na medida. O avaliador usa a sua competência técnica para construir e usar os instrumentos que permitem medir os fenômenos estudados; b) no segundo estágio, fortalece a identificação e a descrição de programas que permitem atingir seus resultados; c) no penúltimo estágio, a avaliação se fundamenta no julgamento, ou seja, permite julgar uma instituição; d) o último, percebe-se a emersão da avaliação como um processo de negociação entre os atores envolvidos na intervenção a ser avaliada.

Acredita-se hoje, “que a avaliação referencia-se num conjunto de valores e noções sobre a realidade social partilhados pelos membros de uma sociedade” (Gomes, 2001).

Conforme Cardoso (2003)¹¹, todo processo avaliativo inscreve-se dentro de uma concepção, na qual os métodos, as

11 Contribuições da acadêmica de Serviço Social Alexandra Righi Marco Cardoso, em seu trabalho de conclusão de curso: *Avaliação de Projetos Sociais*, apresentado ao Curso de Serviço Social da PUC Minas, em 2003.

ferramentas e o momento para a realização da avaliação não são neutros, o que quer dizer que sempre se faz algum tipo de “juízo” de valor quanto às ações, aos programas ou projetos. Assim, avalia-se um programa ou projeto considerando o seu mérito (seu valor em si, sua qualidade intrínseca) ou a sua relevância (seu valor externo ou validade para o contexto em que opera) no contexto de sua atuação.

Tijiboy, Firme e Stone (s. d.), destacam a diferença entre avaliar o mérito e relevância de um programa ou projeto e chamam a atenção para a importância de “enfocar sempre que puder os dois aspectos, pois as informações se complementam e, juntas, explicam melhor a situação do programa (ou qualquer foco de atenção)”.

Assim os autores definem mérito como:

a qualidade do programa que lhe dá todas as condições para alcançar seus propósitos sociais. É a garantia de que o programa possa cumprir seu papel social, ou seja, produtividade no sentido de alcançar os resultados planejados, cumprindo seus próprios objetivos com bons recursos materiais e boa utilização desses, pessoal de competência e atividades diversificadas (Tijiboy; Firme; Stone, s. d., p. 8).

Relevância, para os mesmos é:

o fruto do mérito do programa. É o próprio alcance de seus propósitos sociais. É a satisfação das necessidades de seus destinatários e do seu contexto social. É sua inserção social através de seu impacto nesse contexto. Significa que as boas condições deram resultados que a comunidade precisava e que o programa traz benefícios (...) (Tijiboy; Firme; Stone, s. d., p. 8).

Para Arretche (1998), “é impossível que qualquer tipo de avaliação possa ser apenas instrumental, técnica ou neutra”, pois é a partir de tal avaliação que se tomam decisões a respeito da continuidade, de modificações ou mesmo sobre a extinção de

“algo”. Avaliações baseadas em opiniões particulares distorcem a realidade e proporcionam uma interpretação equivocada dos resultados apurados. Dessa forma, estas opiniões são tomadas como acertos e comprometem todo o processo. Nesse sentido, o uso dos instrumentos de coleta de dados para a realização da avaliação é considerado um fator necessário para que não se confundam opções pessoais com resultados de pesquisa (Cardoso, 2003).

O método da avaliação é importante para garantir um mínimo de eficácia ao trabalho e, quanto mais objetivo for, mais úteis e legítimos tendem a ser seus resultados. Em qualquer tipo de avaliação, é de fundamental importância a coleta e a organização de informações, que devem ser suficientes e adequadas se pretendem alcançar certa objetividade e precisão no processo de avaliação. Vale considerar que a avaliação de projetos ou programas sociais está imersa em três grandes modelos ou três formas de perceber o processo da avaliação: a) a avaliação com base nas metas estabelecidas, para saber se os programas/projetos estão atingindo os objetivos propostos; b) a avaliação com base no processo, onde se analisam as potencialidades, as limitações e funcionamento dos programas/projetos; c) a avaliação com base nos resultados obtidos, quando se identifica o benefício para o público-alvo.

Sugere-se, portanto, que para a avaliação das atividades de extensão universitária seja utilizada a perspectiva fenomenológica para o processo dialógico de construção e da referida avaliação. Concomitantemente à perspectiva hipotético-dedutiva que fundamenta as variáveis e os indicadores da legislação do Sinaes, das diretrizes para avaliação institucional e da matriz de indicações de avaliação institucional externa do Inep.

Quanto aos meios, o processo de auto-avaliação da extensão pode ser classificado como pesquisa bibliográfica e documental, telematizada, estudo de caso e pesquisa-ação.

Conforme diretrizes estabelecidas pelo Sinaes, deverão ser coletados dados quantitativos e qualitativos para as dimensões avaliativas, sendo, nesse caso, necessário o tratamento quantitativo e qualitativo para os dados coletados. Os instrumentos de coleta dos dados poderão ser entrevistas semi-estruturadas e estruturadas individuais e junto a grupos focais, questionários com perguntas fechadas e abertas em versão impressa e digital, apoiada em algum sistema informatizado, para a construção dos questionários, coleta e tratamento quantitativo e qualitativo das respostas em ambiente da intranet. A realização de fóruns de avaliação institucional de extensão para as dimensões avaliativas junto a representantes dos diversos segmentos acadêmicos e das comunidade externa permitirá uma abordagem interativa entre os atores do processo avaliativo. Assim sendo, sugere-se:

- identificar o que se quer avaliar;
- definir metas – o grau e a quantidade a ser alcançada;
- delimitar a população-alvo;
- estabelecer a área geográfica de abrangência dos programas/projetos;
- identificar as informações necessárias para avaliar;
- selecionar as fontes de informações disponíveis;
- construir indicadores e instrumentos de coleta de dados;
- estabelecer procedimentos para análise dos dados coletados;
- redirecionar a política de extensão.

Essa proposta de metodologia da avaliação, embora considere igualmente importantes as avaliações interna e externa, pretende privilegiar a perspectiva interna, considerando o reconhecimento da necessidade de orientar a reflexão e fortalecimento de processos avaliativos da extensão no interior das IES.

4.2 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS OU ACADÊMICOS

Pretende-se, neste item, pontuar reflexões referentes ao processo de monitoramento e avaliação de programas e projetos de extensão, destacando que este tema vem ocupando um espaço cada vez maior nos debates sobre planejamento e gestão de programas e projetos na área social, dadas a sua complexidade e multidisciplinaridade.

Todos os que atual nessas áreas sabem da importância de procedimentos e instrumentos que orientem a tomada de decisão, balizem os rumos das ações empreendidas, e que possam garantir e medir a eficiência, a eficácia e a efetividade de programas e projetos sociais. No plano teórico, portanto, o monitoramento e a avaliação constituem etapas fundamentais da formulação e da implementação de programas e projetos de extensão (Leporace, 2002).

Em estudo que destaca o estado da arte sobre o acompanhamento, a medição e a avaliação em programas e projeto sociais, Caiden e Caiden assim definem as medidas de desempenho: “(...) son estimaciones cuantitativas o cualitativas en el tempo, acerca de lo que está haciendo una organización, cuán bien se está desempeñado y cuales son los efectos de sus actividades” (Caiden; Caiden, 2001, p. 81).

A qualidade torna-se, assim, uma dimensão relevante no novo modelo de avaliação institucional, contribuindo para a validação dos resultados obtidos por uma determinada ação extensionista. A qualidade deverá ser avaliada também como um componente da satisfação dos beneficiários e dos acadêmicos, em diferentes fases da implementação das ações de extensão sob responsabilidade da IES. Isto significa que a definição dos indicadores deverá incluir a dimensão qualidade e alcance das ações desenvolvidas, além da participação e satisfação dos beneficiários e demais sujeitos envolvidos nos projetos.

Do ponto de vista do monitoramento e avaliação de programas e projetos de extensão, a participação dos beneficiários introduz novos elementos de análise dos processos (implementação/análise de desempenho) e dos resultados e impactos da intervenção da IES.

Da mesma forma, a participação dos parceiros no processo de implementação dos projetos/programas de extensão será fundamental para avaliar a eficiência gerencial, uma vez que uma parceria supõe divisão de tarefas e responsabilidades. Será uma das partes envolvidas não cumprir o acordado, as metas e prazos previstos serão comprometidos, bem como os resultados esperados.

Cohen e Franco (1999) defendem que a “razão essencial” do projeto social:

é produzir mudanças em alguma parcela da realidade, solucionar um problema social, ou prestar serviço a um determinado subconjunto populacional. Operacionalmente, a eficácia é o grau em que se alcançam os objetivos e metas do projeto na população beneficiária, em um determinado período de tempo, independente dos custos implicados.

Os mesmos autores definem a efetividade como constituinte da relação entre os resultados e o objetivo, e, citando López – “efetividade é um termo que se usa frequentemente para expressar o resultado concreto – ou as ações condizentes a esse resultado concreto – dos fins objetivos e metas desejadas”.

A importância do acompanhamento dos efeitos/resultados das ações de extensão no tempo – e a certeza de que alguns impactos somente serão mensuráveis após um determinado período de “maturação” dos efeitos da intervenção – coloca a necessidade de considerar diferentes tipos e/ou sentidos da avaliação (Leporace, 2002).

É importante sublinhar que o processo de avaliação institucional da extensão universitária deve iniciar-se,

necessariamente, integrado ao processo de avaliação institucional da IES e deve ter como fundamentos a missão e o perfil da instituição, conforme dito anteriormente. Este procedimento orienta a realização de um processo de avaliação que seja de fato institucional, democrático e gerador de mudanças.

O desafio que aqui se coloca é definir instrumentos que favoreçam o acompanhamento e o monitoramento dos programas e projetos de extensão. Caberá a IES, a partir da sua realidade e do potencial dos seus docentes, esta tarefa.

4.3 DIMENSÕES, CATEGORIAS E INDICADORES

Pretende-se neste item, apontar contribuições para a conceituação de indicadores, desenho de estudo e método de coleta de dados.

Segundo Armani (2000), os indicadores aparecem no processo de elaboração e desenvolvimento de projetos para permitir a construção de consensos claros dentre todos os atores envolvidos acerca do que se deve entender por objetivo geral, objetivos do projeto, resultados e atividades. São dimensões concretas que irão orientar o desenho metodológico.

Um indicador é um instrumento de mediação usado para indicar mudanças na realidade social que interessam aos idealizadores ou gestores dos programas/projetos.

Ainda conforme Armani,

o indicador é uma “régua” ou um padrão que ajuda a medir, avaliar ou demonstrar variações em alguma dimensão da realidade relevante para os objetivos de um determinado projeto. Os indicadores fornecem evidências concretas do andamento das atividades, do alcance dos resultados e da realização dos objetivos de um projeto (Armani, 2000).

Sendo assim, entende-se que os indicadores são parâmetros objetivos e mensuráveis utilizados para

operacionalizar conceitos, ou seja, eles servem para captar fenômenos sociais que não se tem condições de dimensionar diretamente. O indicador é um instrumento que ajuda a medir, avaliar ou demonstrar as mudanças na realidade social. As pessoas mais apropriadas para defini-lo são os atores sociais que convivem com a realidade.

Os indicadores são parâmetros ou “sinais” utilizados para avaliar o andamento de um projeto, podendo indicar mudanças de quantidade ou de qualidade rumo às metas estabelecidas.

Para a definição dos indicadores que serão utilizados no processo de avaliação, é importante considerar a possibilidade de obter dados confiáveis para apurá-los e sua capacidade de fornecer informações relevantes.

Além dos indicadores sugeridos pelo Sinaes, para aferir a extensão nas universidades, é possível utilizar outros indicadores em quatro níveis intercalados, tais como aqui sugeridos (indicadores produzidos pela assembleia do ForExt, realizada em Brasília, 2003, através da contribuição de várias IES filiadas).

O compromisso institucional para a estruturação e efetivação das atividades de extensão:

- o grau de formalização da extensão na estrutura universitária;
- a definição clara das políticas institucionais de extensão – metas e propriedades;
- a conceituação e tipologia das atividades de extensão;
- o sistema de informação sobre as atividades de extensão – banco de dados;
- o grau de participação da extensão no orçamento da instituição;
- o grau de valorização da extensão nas carreiras docente e técnico-administrativa.

A existência de programas institucionais de fomento às atividades de extensão (especialmente bolsas):

o grau de envolvimento de docentes/discentes e técnicos nas atividades de extensão;

o grau de interação das atividades de extensão com o ensino na graduação e pós-graduação e com a pesquisa;

o grau de inserção das atividades de extensão nos programas departamentais e unidades acadêmicas;

o grau de participação das atividades de extensão na produção acadêmica da instituição.

O impacto das atividades de extensão junto aos segmentos sociais que alvos ou parceiros dessas atividades

a relevância social, econômica e política dos problemas abordados nas atividades de extensão;

quais e quantos são os segmentos sociais envolvidos nas atividades de extensão;

o grau de interação com órgãos públicos e privados e segmentos organizados da sociedade civil;

os objetivos e resultados alcançados e repercussão das atividades de extensão;

a apropriação, utilização e reprodução do conhecimento na atividade de extensão pelos parceiros;

o efeito da interação social resultante da atividade de extensão nas atividades acadêmicas;

os níveis de transformação dos indicadores sociais resultantes das atividades de extensão.

Os processos, métodos e instrumentos de avaliação

a formalização das atividades de extensão por instrumentos específicos (propostas e projetos);

o envolvimento das instâncias acadêmicas na análise e avaliação dos projetos (consultores internos e externos);

a participação dos parceiros na avaliação dos projetos;

a definição da abrangência institucional em relação às instâncias e às pessoas que coordenam o processo.

4.4 COMPONENTES FUNDAMENTAIS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Este item apresenta sugestões de critérios de relevância social acadêmica e social, e de viabilidade institucional para avaliação de programas, projetos, atividades e cursos de extensão, conforme contribuições da Uniso – Universidade de Sorocaba e da PUC Campinas:

1. Relevância Acadêmica

Clareza de objetivos

Articulação com atividades de ensino

Articulação com atividades de pesquisa

Potencial para o desenvolvimento de atividades de ensino, de pesquisa e/ou atividades de extensão

Caráter interdisciplinar

Potencial para o envolvimento de alunos

Clareza na formulação da proposta (específico para cursos de extensão)

2. Viabilidade institucional

Aprovação das várias instâncias institucionais de cunho acadêmico

Consonância com os critérios de orçamento e custos exigidos pela IES

Proposta de financiamento compatível e adequado às exigências do projeto ou do curso

Tempo e duração do projeto

Análise custo/benefício

3. Relevância social

Abordagem de questões sociais relevantes, para o desenvolvimento da região onde a IES está localizada

Interação com instituições ou organismos da sociedade civil ou do Estado e/ou movimentos sociais

Compatibilização com as diretrizes/normas de extensão formulada pela IES

Impactos e resultados esperados (financeiros e sociais) para a sociedade

Para Chianca (2001), são vários os métodos de coleta de dados existentes:

- Dados coletados de pessoas identificadas como fontes de informações, através de: questionários, entrevistas, grupo focal, testes, simulações/debates, exemplo de trabalho realizado (redações, desenhos, etc.);

- Dados coletados por meio de observador independente: relatórios narrativos-descritivos: Roteiros de observação;

- Dados coletados através de aparatos tecnológicos: gravações de áudio e vídeo; séries de fotografias e outros;

- Dados coletados a partir de informações já existentes: revisão de documentos públicos e de documentos institucionais.

No campo da avaliação tem-se discutido muito a respeito dos métodos quantitativos e qualitativos, uma vez que estes são selecionados em razão das perguntas avaliativas para as quais procuram respostas, buscando, assim, uma maior efetividade e adequação na coleta de informações e clareza nos resultados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A AVALIAÇÃO

Acredita-se que a inclusão da extensão universitária como um dos parâmetros de avaliação importante da Universidade

constitui um avanço na medida em que propicia a valorização e institucionalização da extensão no cenário interno à IES.

A proposta de avaliação institucional da extensão tem como finalidade a definição e consolidação de uma política de extensão e a construção de processos e metodologias que fortaleçam a extensão no interior dos cursos, através dos projetos político pedagógicos, e possibilitem o cumprimento da missão da Universidade juntamente com o ensino e a pesquisa, que visam à formação humanista, ou formação do sujeito em sentido lato, cuidando do desenvolvimento integral do ser humano de modo a garantir sua inclusão na sociedade por meio do exercício da cidadania.

A dimensão pedagógica de um projeto de avaliação encontra-se no fato de que a avaliação do trabalho com o conhecimento se ancora na auto-reflexão dos agentes a respeito de suas atividades, tendo em vista as intenções que as regem; nas atividades de capacitação realizadas com diversos agentes; na abertura do diálogo institucional para a discussão da proposta e da metodologia da avaliação, momento no qual a dimensão pedagógica aparece imbricada com a participação democrática. A dimensão democrática envolve a abertura de possibilidade para que os agentes manifestem suas opiniões e participem, em diversos momentos, de atividades que visam produzir reflexões coletivas sobre a própria avaliação.

À luz das considerações metodológicas sobre avaliação da extensão aqui transcritas e, especialmente, dado que a Coordenação Nacional do Fórum de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias (ForExt) encaminhou, em abril/2012, documento à Presidência da CONAES, com proposta de indicadores de extensão, para eventual incorporação ao instrumento de avaliação institucional externa, que segue anexo, entende-se que uma macro diretriz se torna imperiosa às universidades e IES comunitárias, no tocante à avaliação da extensão:

Buscar meios que viabilizem o cumprimento dos referenciais mínimos de qualidade estabelecidos para os vinte e um indicadores, distribuídos pelas dez dimensões do instrumento de avaliação institucional do SINAES, mesmo que ainda não sejam oficiais (e ainda que não venham a ser oficializados), pois em havendo um entendimento que tais pontos são necessários e relevantes para o cumprimento da ação extensionista das comunitárias, a questão se torna de caráter “ontológico”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Constituição Brasileira, 1988.

Política Nacional de Graduação, Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras, 2004.

A Extensão nas Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias: referenciais teórico e metodológico. Alcivam Paulo de Oliveira [Et al]. Recife: FASA, 2006.

Política de Extensão Universitária da PUC Minas, PROEX, 2006.

Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias

Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias - Contribuições do FOREXT ao processo de avaliação institucional da extensão universitária. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2005.

Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009: as novas dinâmicas do ensino superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social, UNESCO, 2009.

POMBO, Olga. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. Liinc em Revista, v.1, n.1, março 2005, p. 3-15 em <http://www.ibict.br/liinc>.

SILVA, Enio Waldir da. As funções sociais da universidade – o papel da extensão e a questão das comunitárias. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

FAZENDA, Ivani. Interdisciplinaridade: qual o sentido? São Paulo:

Paulus, 2003.

VANNUCHI, Aldo. *A Universidade Comunitária: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 2004.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em 02 ago de 2012.

BRASIL. *LDB 9394/1996*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 02 ago de 2012.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade reformada*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

FORPROEX. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Brasília, 2012

FOREXT. *A extensão nas universidades e instituições de ensino superior comunitárias: referenciais teórico e metodológico*. Recife: Fasa Editora, 2006.

JASPERS, Karl. *The Idea of the university*. Londres: Peter Owen, 1965.

PEREIRA, Elisabete Monteiro Aguiar. *A universidade da modernidade nos tempos atuais*. In: Avaliação 14:29-41, mar 2009, Campinas.

_____. Elisabete Monteiro de Aguiar. *Universidade e educação geral: para além da especialização*. Campinas: Alínea, s/d.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. São Paulo: Cortez, 2004.

UNESCO. *Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: visão e missão*. Piracicaba: UNIMEP, 1998. (Documento Original: *World Declaration on Higher Education for the Twenty-First Century: vision and action*. Paris: UNESCO, 1998).